

HADJI, CHARLES. A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO: A
UNIDADE DE UM MODO DE JUÍZO. IN: —
AValiação, REGRAS DO JOGO: DAS INTENÇÕES
aos INSTRUMENTOS. PORTUGAL: PORTO EDITORA,
1994. p. 27-32.

Lxto 29

1

A questão da avaliação:
a unidade de um modo de juízo

Que significa exactamente avaliar? Poder-se-á pensar que uma pergunta desta natureza é bastante ingénua. Como toda e qualquer questão de sentido, a questão do sentido do termo arrisca-se mesmo a nunca ter uma resposta acabada. Ainda por cima porque, como veremos, se está sempre a avaliar, e se avaliar significa interpretar, nunca se chega a conseguir dizer em que é que consiste a avaliação, a qual nunca se poderá limitar, obviamente, a uma definição "exacta". No entanto, é preciso tentar esclarecer do que se fala, e tentar, não delimitar as práticas na rigidez de um discurso que permita traçar uma fronteira segura entre o que é a avaliação e aquilo que ela não é, mas, pelo menos, exprimir o que estas práticas têm em comum e o que justifica também o emprego de um mesmo termo para as designar. Porque a primeira dificuldade, quando se trata de avaliação, é sobretudo entendermo-nos sobre uma aceção.

Partamos da prática, e consideremos a diversidade de fórmulas propostas por um grupo de professores a quem tinha sido pedido que respondessem por escrito, e numa frase, à pergunta: "O que é avaliar?". Diversidade dos verbos, designando o acto do avaliador. Avaliar pode significar, entre outras coisas: verificar, julgar, estimar, situar, representar, determinar, dar um conselho...

Verificar o que foi aprendido, compreendido, retido. Verificar as aquisições no quadro de uma progressão.

Julgar um trabalho em função das instruções dadas; julgar o nível de um aluno em relação ao resto da aula; julgar segundo normas preestabelecidas.

Estimar o nível de competência de um aluno.

Situar o aluno em relação às suas possibilidades, em relação aos outros; situar a produção do aluno em relação ao nível geral.

Representar, por um número, o grau de sucesso de uma produção escolar em função de critérios que variam segundo os exercícios e o nível da turma.

Determinar o nível de uma produção.

Dar uma opinião sobre os saberes ou o saber-fazer que um indivíduo domina; dar uma opinião respeitante ao valor de um trabalho.

Vê-se, neste leque de definições, que a pluralidade dos verbos que designam o acto de avaliar está acompanhada de uma multiplicidade de termos que designam o objecto deste acto, que pode incidir sobre saberes, saber-fazer, competências, produções, trabalhos... Há, contudo, aqui, no domínio da avaliação pedagógica, uma relativa unidade do campo focado: o dos indivíduos em situação de aprendizagem, e que são considerados, quer na globalidade da sua pessoa, quer sob o ângulo de uma dimensão particular (capacidade ou competência), quer ainda pelos seus trabalhos ou produtos. Ao observarmos o assunto mais de perto, não se poderia, do mesmo modo, pôr em evidência uma relativa unicidade do acto descrito? Porque, em primeiro lugar, é necessário distinguir com clareza o que diz concretamente respeito a este acto (verificar, julgar, estimar, situar) e o que se refere à actividade pela qual a traduzimos ou exprimimos. Não podemos representar um grau de sucesso por um número, senão depois de termos julgado ou apreciado esse sucesso. O número – na ocorrência, a nota – não é mais do que a expressão de um juízo que, logicamente, lhe preexiste. Dizer: “Este exercício vale ou merece 12” (numa escala de 0 a 20)” é dizer: “Eu julgo poder exprimir, pela nota de 12 (numa escala de 0 a 20), o juízo que faço do valor desse exercício”. Para poder dar uma opinião respeitante ao valor de um trabalho, tenho, em primeiro lugar, de ter os meios para apreender esse valor. É nisso que consiste, em sentido restrito, a avaliação. Três palavras-chave emergem então: verificar, situar, julgar:

- verificar a presença de qualquer coisa que se espera (conhecimento ou competência);
- situar (um indivíduo, uma produção) em relação a um nível, a um alvo;
- julgar (o valor de...).

PARA UMA HIPÓTESE DE TRABALHO

Esta última acepção dá testemunho, de uma certa maneira, da dificuldade que está no centro da noção de avaliação. Como se pode julgar o valor de um trabalho, e, ainda mais, o de um indivíduo? O termo valor é particularmente ambíguo. Trata-se de determinar um preço ou um valor comercial? É qualquer coisa como isto que está em jogo na avaliação do valor profissional. “Quanto é que este (esta pessoa) vale?”, perguntar-se-á hoje sem problemas. Tratar-se-á de apreciar a eficácia de um conjunto de actos ou de um dispositivo? Quais são os critérios que permitem “medir” esta eficácia?

Tratar-se-á de mostrar o interesse de um comportamento ou de uma política? De que ponto de vista nos colocamos? O valor está naquilo em que uma pessoa é digna de apreço. É também o que faz com que um objecto tenha preço, seja desejável, e possa ser digno de troca. É ainda o que fundamenta a qualidade de um objecto ou de um comportamento particular (por referência a uma norma ideal). E é, finalmente, a medida particular de uma grandeza variável. A noção mistura o quantitativo (medida) e o qualitativo (norma ideal); o real (o universo dos objectos) e o ideal; a ética (o que é digno de apreço) e o mundo do desejo. Mérito e/ou apreço, qualidade, grandeza? Poder-se-á encontrar noção mais polisémica, mais multidimensional?

Não significa isto que a operação de avaliação é fundamentalmente multidimensional e envolve um trabalho que se desdobra em múltiplos registos e em diferentes campos? Não seria então preciso caracterizar e descrever, não uma actividade, mas vários ângulos da avaliação? A avaliação não é, na sua essência, plural?

Mas talvez esta polissemia do termo valor que, neste momento, nos causa dificuldades nos leve a interrogarmo-nos de um outro modo e a dar-nos um sinal ou um índice para nos pôr na pista de uma descoberta importante. A noção mistura-se e entrecruza-se em significações de vários domínios. Não será este um sinal de que a avaliação, visto que nos leva a julgar o valor, é uma operação de cruzamento?

Avaliar, segundo este ponto de vista, significa tentar estabelecer elos, pontes, entre diferentes níveis de realidade, sempre a marcar e a sublinhar por esta mesma operação a distância que os separa: a realidade daquele que constrói e formula o juízo de valor, e a daquilo em que incide esse juízo, ainda que se trate da mesma pessoa, num acto de auto-avaliação.

Quando avalio, começo por me distanciar do objecto sobre o qual me vou pronunciar. Introduzo assim uma ruptura na ordem das coisas e das relações imediatas que elas mantêm. Distancio-me e constituo-me como um sujeito exterior às coisas avaliadas enquanto produtor de um discurso que julga essas “coisas”. É esta distanciação, este afastamento, que fundamenta a produção do discurso pelo qual eu, sujeito avaliador, me pronuncio sobre... O meu discurso, que é possível pela ruptura operada entre o sujeito e o objecto, eu (que falo) e os outros (de quem se fala), lança então a rede das palavras sobre o universo das coisas, e é entrecruzado pelo sujeito e pelos objectos, pelo verbo e pela realidade. Assim a existência da avaliação é a manifestação de uma exigência de ter “para dizer”.

Para ser satisfeita, esta exigência leva o sujeito a operar uma segunda ruptura, entre o real e o ideal, o ser e o dever-ser. Para me poder pronunciar sobre uma dada realidade, devo dispor de uma norma, de uma “grelha”, à luz da qual a vou apreciar. Estamos, como acabámos de ver, perante o difícil problema da escolha de um “valor”. Mas, qualquer que seja o valor adoptado, não posso avaliar senão quando adoptar um valor, quer dizer, quando constituir uma “ideia” ou um conjunto de “ideias” como referente, em nome do qual se torna possível apreciar a realidade. E, mais uma vez, o juízo de valor tece laços,

por intermédio de um discurso, entre a ordem do "real" e a ordem das "essências" ou "normas" que se distinguem pelo próprio movimento da avaliação.

Assim precisa-se o que, por ora, não é mais que uma hipótese, que necessitará de ser verificada e, se possível, afinada: o essencial da avaliação reside numa relação:

- relação entre o que existe e o que era esperado. Por exemplo: o aluno tal como ele é, através da sua produção (um exercício), e o aluno ideal que domina os saberes e o saber-fazer;
- relação entre um dado comportamento e um comportamento-alvo: um desempenho real e um desempenho visado;
- relação, por fim, entre uma realidade e um modelo ideal. Esta relação efectua-se através de um discurso no qual o sujeito que o produz se considera qualificado para "se pronunciar sobre", graças ao seu domínio de normas para julgar que deve possuir, ou que, pelo menos, tem o direito de exhibir.

É MESMO ASSIM QUE AS COISAS SE PASSAM?

Tentemos precisar esta hipótese examinando uma situação concreta de avaliação. Observemos um professor de filosofia. Não, esse professor não está hoje a corrigir exercícios. Dirige-se ao gabinete do director da sua escola para tomar conhecimento... da sua nota administrativa. Com as mãos um pouco trémulas, agarra a ficha amarela que lhe é estendida e na qual descobre a apreciação escrita pelo responsável da escola, que é acompanhada de uma proposta de nota. Esta nota e esta apreciação fundamentam-se, em princípio, no total de pontos obtidos em três grandes rubricas, em escalas que variam entre "insuficiente" e "excelente":

- pontualidade e assiduidade;
- actividade e eficiência;
- autoridade e prestígio.

Para o director da escola que emite o juízo, estas rubricas funcionam como uma grelha de leitura da realidade observável (o professor X) e traçam, com efeito, um verdadeiro retrato-robô do bom professor, ou, pelo menos, daquele que é considerado como tal pela administração central. A assiduidade, a pontualidade, etc., são as principais características do bom professor, as que servem de critérios de apreciação. Para avaliar, o director é incitado a confrontar cada professor concreto que será analisado, através de alguns signos procurados em relação a cada critério, com esse retrato-robô. Por exemplo, para apreciar a assiduidade, perguntar-se-á se o professor chega atrasado com frequência, se tem faltas não justificadas, etc. Apreciar-se-á a actividade do sujeito em questão pela eventual produção de documentos didácticos, a eficácia pelo sucesso dos seus alunos no exame, o prestígio pela existência de publicações... Estes aspectos do comportamento do professor

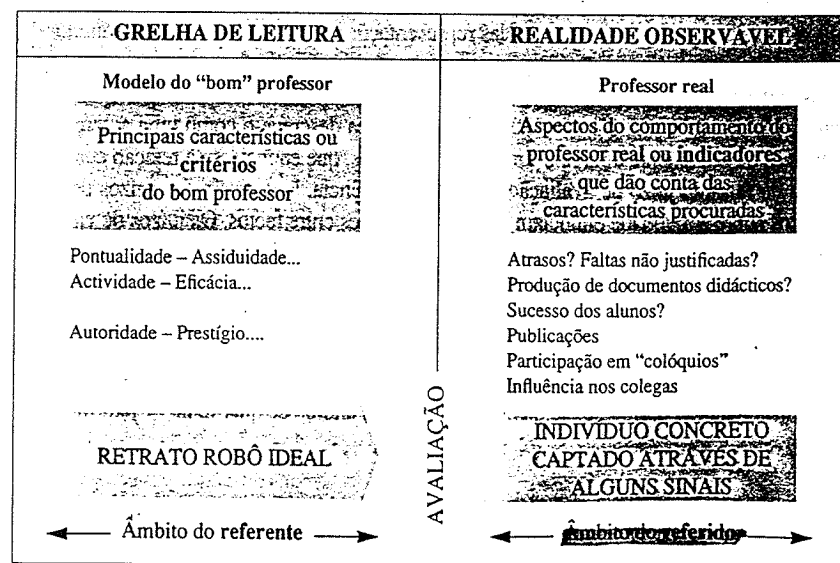
real servem de indicadores e são um testemunho da presença das características procuradas. Assim, o acto de avaliação é um acto de "leitura" de uma realidade observável, que aqui se realiza com uma grelha predeterminada, e leva a procurar, no seio dessa realidade, os sinais que dão o testemunho da presença dos traços desejados. A nota proposta não faz mais do que exprimir o grau de adequação que foi estabelecido entre o professor concreto e o modelo ideal previamente desenhado (fig. 1: A avaliação administrativa dos professores).

Este exemplo parece confirmar a nossa hipótese e permite-nos precisar o funcionamento concreto de um acto de avaliação. Propomo-nos, a partir daqui, em denominar avaliação o acto pelo qual se formula um juízo de "valor" incidindo num objecto determinado (indivíduo, situação, acção, projecto, etc.) por meio de um confronto entre duas séries de dados que são postos em relação:

- dados que são da ordem do facto em si e que dizem respeito ao objecto real a avaliar;
- dados que são da ordem do ideal e que dizem respeito a expectativas, intenções ou a projectos que se aplicam ao mesmo objecto.

Poder-se-á chamar *referente* ao conjunto das normas ou critérios que servem de grelha de leitura do objecto a avaliar, e *referido* aquilo que desse objecto será registado através desta leitura.

Figura 1
A avaliação administrativa dos professores



O processo de avaliação assim definido é caracterizado por uma dupla articulação (fig. 2):

- articulação, em primeiro lugar, entre o referido e o referente, visto que avaliar consiste em atribuir um "valor" (ou, numa acepção mais lata, como veremos, um "sentido") a uma situação real à luz de uma situação desejada, ao confrontar assim o campo da realidade concreta com o das expectativas;
- mas articulação, também, entre o referido e o referente, e as "realidades" de que eles constituem um modelo reduzido. Com efeito, é preciso construir o referente e o referido. No exemplo da página 31, a administração desenhou o retrato do professor ideal, à luz do qual o director da escola selecciona, no conjunto dos comportamentos, alguns aspectos significativos. O referente é um modelo ideal que articula as intenções consideradas significativas a partir de um ou de uma pluralidade de projectos. O referido é constituído pelo conjunto dos observáveis julgados representativos do objecto "lido". Cada um deles é uma representação simplificada do nível de realidade a que corresponde.

Assim descrita, a avaliação, operação pela qual eu me pronuncio, e tomo partido em relação a um objecto, pode ser vista, num sentido, como uma operação de transformação das representações. É isto que descreve J.-M. Barbier, para quem o "o acto de avaliação" pode ser considerado "como um processo de transformação das representações, cujo ponto de partida seria uma "representação factual" de um objecto e o ponto de chegada uma representação normalizada desse mesmo objecto". Contudo, não se deveria dizer que se passa de uma representação para outra, porque não há, para falar verdade, uma dada representação factual antes de se emitir um juízo de avaliação. É este que produz uma representação da realidade cuja característica é precisamente a de estar sujeita a normas. O olhar com que se foca o objecto está em relação com o que nele se procura. A vontade de avaliar coloca-nos em ruptura com o campo das representações factuais. A tarefa do avaliador é a de construir uma representação composta de partes "normalizadas".

Esta construção traduz-se, enfim, em, e por, um juízo. O juízo é um acto do espírito pelo qual eu afirmo ou negó alguma coisa. A lógica clássica descreve-o como uma asserção que estabelece ou documenta uma relação entre dois termos, que enuncia uma relação como verdadeira ou falsa. O juízo de avaliação pertence à evidência, à categoria dos juízos de valor. Os juízos sobre a realidade enunciam factos, ou relações entre factos. Os juízos de valor são aqueles por meio dos quais se aprecia o que vale a realidade, o que implica ter definido um valor. Em sentido lato, o valor é a característica que faz com que certas coisas mereçam ser apreciadas. É por isso que o juízo de avaliação não exprime uma certeza. (...)

¹ J.-M. Barbier, *L'évaluation en formation*, Paris, PUF, 1985, p. 64.

² E. Kant, *Critique de la raison pure*, PUF, Paris, 1963, p. 90.

* Correspondência ao 8º ano de escolaridade do sistema educativo português (N.T.).